

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO E A INSERÇÃO DO INDÍGENA NA MEMÓRIA COLETIVA: A RELAÇÃO ENTRE HISTORIOGRAFIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

JOÃO PAULO COSTA ROLIM PEREIRA¹

No trabalho a seguir apresentaremos algumas reflexões referente a uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba. Tal pesquisa visa analisar a imagem que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP – cria acerca dos indígenas dessa região, em especial os Potiguara². Para a nossa pesquisa, nos detivemos na análise das obras tidas como fundadoras desta historiografia, pois, estas são tomadas como referências pelos membros daquele instituto influenciando durante um longo período parte significativa da sua produção historiográfica. Uma das principais tarefas do IHGP seria a formulação de uma história oficial da Paraíba. Esta ressaltaria, entre outras coisas, os aspectos da região e do seu povo, elaborando uma identidade local, comum a todos que nasciam naquele território. O conhecimento desenvolvido pelo IHGP, largamente disseminado na sociedade paraibana, cristalizou, por fim, uma memória coletiva, determinando aquilo que deveria ser lembrado e, fundamentalmente, o que deveria ser esquecido.

A historiografia paraibana, produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, foi responsável pela formulação inicial dos marcos espaciais e temporais da história da Paraíba, que, embora contestados por novas análises históricas posteriores, ainda são reafirmados na sociedade local, por meio da mídia, manifestações populares, datas oficiais comemorativas entre outras. Tal historiografia, ainda nos primeiros anos deste instituto, em 1905, toma para si a tarefa de elaborar uma história oficial da Paraíba, na

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista Demanda Social Capes.

² Os Potiguara são um grupo indígena pertencente ao tronco lingüístico Tupi, que vive nos estados da Paraíba e do Ceará. Na Paraíba, estão situados em três Terras Indígenas contíguas: Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara Monte-Mor, constituídas por 32 aldeias distribuídas entre os municípios Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Os Potiguara, logo no início dos contatos com os europeus, ainda no século XVI, ocupavam os territórios hoje compreendidos pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Se estendiam desde a antiga Capitania de Itamaracá até o Baixo Jaguaribe, no atual estado do Ceará. Informações obtidas no sítio eletrônico do Instituto Sócio Ambiental. <http://www.socioambiental.org>; e, GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açucares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

qual estivesse contida as especificidades tanto da região quanto do seu povo. Nesse sentido, três obras são tomadas como referências para a construção dessa história oficial. São elas: *História da Província da Paraíba*, de Maximiano Lopes Machado, escrita em 1882 e publicada em 1912; *Datas e Notas Para a História da Paraíba*, de Irineu Ferreira Pinto, escrita e publicada na década de 1910; e, *Notas Sobre a Paraíba*, de Irineu Joffily, escrita e publicada em 1872. Tais obras abordam a história da Paraíba desde a conquista do território até acontecimentos do XIX. Contudo, a nossa pesquisa se detém em analisar o discurso criado por estes intelectuais a respeito da conquista da Paraíba, momento entendido por esta historiografia como delineador da identidade paraibana.

Na Paraíba, hoje em dia, existem 32 aldeias, constituindo três terras indígenas, todas da etnia Potiguara, localizadas do litoral Norte do Estado, nos municípios da Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, um território que totaliza 33.757ha³. Estes dados são intrigantes, pois mesmo havendo o reconhecimento dos territórios, a sua população não é reconhecida socialmente como indígena. Na realidade, em geral, a sociedade paraibana não apenas desconhece estas áreas indígenas, mas também a própria existência destes povos. O precário conhecimento da existência dessas comunidades se dá, quando muito, através do contato direto estabelecido durante o carnaval, já que aquela região é um dos locais mais procurados do litoral paraibano para se festejar a folia de Momo. Quando os turistas percebem que aqueles índios usam relógios, moram em casas de alvenaria, falam português, praticam surfe e possuem outros utensílios que não se encaixam no estereótipo de índio criado pela sociedade nacional, logo se questionam se são mesmo índios “verdadeiros”.

Muito desse estereótipo foi criado pela historiografia desenvolvida pelos vários institutos históricos dispostos pelas regiões do Brasil. Alguns deles caudatários diretos da produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Durante muito tempo, a historiografia brasileira situou os indígenas à margem dos acontecimentos históricos que se desenrolaram com a colonização do Brasil; os colocou como passivos neste processo, criando, assim, uma imagem de submissão frente à ação colonizadora. Essa postura contribuiu para uma visão preconceituosa e estereotipada do indígena, a qual se faz presente ainda hoje no imaginário de uma parte significativa da sociedade.

³ Informações obtidas no sítio eletrônico do Instituto Sócio Ambiental. <http://www.socioambiental.org>.

A historiografia do IHGP retrata a história dos Potiguara desde os primeiros contatos com os europeus, no início do XVI, com o trato do pau-brasil, passando pelas primeiras investidas portuguesas de conquista da Paraíba, em 1574, até aproximadamente o fim do chamado período holandês (1630-1654). A partir daí, detectamos um vazio histórico a respeito dos Potiguara. É como se, para essa historiografia, este povo tivesse encerrado sua participação na construção da história da Paraíba a partir da consolidação da conquista portuguesa do território.

O fato da historiografia oficial paraibana ter operado esta exclusão e silenciado esses agentes da história, acarreta um estranhamento quando se toma conhecimento da existência, ainda hoje, de indígenas na Paraíba. Somando-se isso ao estereótipo de “índio” criado pela sociedade nacional, de um ser que anda nu, porta arco e flecha e fala uma língua diferente do português, o preconceito contra as populações daqueles territórios indígenas é acentuado, chegando a serem acusados de se autodenominarem indígenas apenas para se beneficiarem de políticas públicas. Nesse sentido, compreender como esse processo de criação da imagem do indígena e como ela é tratada pela historiografia oficial paraibana, é também compreender como o processo de exclusão social e negação da identidade étnica desses indígenas se deu, e se dá na sociedade paraibana.

Algo fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa é o debate sobre história e memória. O IHGP ao formular uma história da Paraíba, delimitando aquilo que deve ser lembrado pelos paraibanos, forja uma identidade baseada naquilo que entendem como um passado comum a todos desta região, influenciando na maneira como as pessoas do local se relacionam com o seu passado individual e coletivo, o que irá reverberar na maneira como a sociedade encaixa o indígena nesse passado.

Todos os anos, no dia 5 de agosto, é comemorada a fundação da cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba. Alguns dias antes desta data a prefeitura municipal inicia os festejos com uma série de atrações culturais que vão desde grupos folclóricos locais até conjuntos musicais de expressão nacional que se apresentam para a população em geral. A comemoração é conhecida como Festa das Neves e marca assim mais um aniversário da cidade.

A historiografia oficial paraibana registrou como sendo a data de fundação da cidade o dia 05 de agosto de 1585. Neste dia, segundo a mesma historiografia, os indígenas que

habitavam a região aceitaram um acordo de paz com os portugueses, fazendo surgir daí a *Cidade de Nossa Senhora das Neves*. Este nome fora escolhido em homenagem a santa que tem o dia 05 de agosto consagrado pela igreja católica para sua louvação. O nome da cidade se modificou diversas vezes e por vários motivos ao longo do tempo até chegar a se chamar *João Pessoa*. Contudo, Nossa Senhora das Neves ainda é celebrada todos os anos como a padroeira da cidade.

Com efeito, a Festa das Neves têm duas celebrações. Uma religiosa e outra profana. A religiosa fica a cargo da igreja católica através da arquidiocese, organizando missas e procissões para a consagração daquela santa. A parte profana, como nos referimos acima, fica a cargo do governo municipal, organizando as comemorações de mais um ano de fundação desta cidade.

A intenção clara ao se promover esse tipo de comemoração é de rememorar um acontecimento de grande apelo identitário. No caso, o surgimento de uma região com todas as suas implicações – as características das pessoas do lugar, os seus costumes, práticas e etc. – reforçando o elo entre os que nasceram na região, renovando o sentimento de pertencimento.

Não é um “privilégio” de João Pessoa ter uma festa como essa. Várias outras cidades, mesmo países têm suas datas comemorativas com esse viés identitário. E a intenção, deliberada ou não, é a de criar uma memória coletiva. Na maioria das vezes é na historiografia que se aportam para embasar as comemorações. No caso da Paraíba, foi a historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ainda nos primeiros anos de sua fundação que produziu os marcos temporais e espaciais da história paraibana. Sendo muitos desses marcos utilizados para comemorações civis.

Nesse sentido, nos vem algumas questões: estaria a memória buscando na história elementos para se realizar? A história iria buscar na memória os acontecimentos para desenvolver seu conhecimento?

Como nos lembra François Dosse, “durante muito tempo a história foi identificada à memória” (p. 261). No esforço de demonstrar como se dava essa relação, mostra como, em vários momentos, na França, se elaborou uma “história/memória” para se legitimar o Poder. Buscava-se na história, a partir de uma vasta documentação elementos para se criar uma memória oficial da França, e por consequência, uma memória comum para os “cidadãos”. Demonstra ainda como ao longo do tempo, essa memória vai se

modificando conforme os interesses dos que detinham o Poder. Para Dosse, a memória ligada indistintamente à história é um problema, seria um instrumento perigoso utilizado pelo Estado-Nação. A história e a memória têm funcionamentos específicos. Entendendo isso, propõe que uma distinção clara entre os dois campos é necessária para se compreender suas relações.

Com efeito, irá se apoiar na dissociação proposta pela sociólogo Maurice Halbwachs. Para este as duas dimensões são distintas e mesmo irreconciliáveis:

no início do século, ele pôs, termo a termo, os dois universos, colocando do lado da memória tudo o que flutua, o concreto, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico, enquanto a história caracterizar-se-ia por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante(...)(DOSSE, 2003 : 280).

Isso implica num afastamento diametral entre os dois campos. Enquanto a memória restitui o passado pelo vivido, a história, sendo uma temporalidade exterior, o restitui fora do vivido.

Contudo, Dosse, a partir dessa separação entre memória e história, observa que essa dissociação num primeiro momento leva a um distanciamento crítico da história em relação a memória. Num segundo momento, esse mesmo afastamento proporciona uma reaproximação entre os dois campos. Não mais uma simples interação, agora a memória enquanto um objeto da história. Esta buscaria os sentidos que a memória social cria ao longo do tempo. O interesse está no que a sociedade lembra, como lembra e o significado dessas lembranças. Assim, Dosse propõe uma *História Social da Memória*.

A busca agora não seria mais para encontrar na memória a coisa tal como se passou. Mas sim, como o sentido ou o significado dos acontecimentos vividos se modificaram no tempo e as implicações de tais mudanças para a sociedade. Assim, para Dosse, “entre história e memória, o fosso não está eliminado. Deve-se evitar o impasse ao qual uma grande separação conduz, mas também a fusão dessas duas dimensões” (2003, p.286). Suas observações e a proposta de uma história social da memória são importantes para se compreender algo que é fundamental para esse campo, a Memória Coletiva.

A Memória Coletiva nos leva a refletir como os indivíduos que possuem suas próprias experiências com o passado, se relacionam com as vivências de outros indivíduos,

suscitando experiências em comum, por conseguinte, induzindo a uma identificação dos indivíduos a um determinado grupo.

Refletindo a respeito da Memória Coletiva, José D'assunção Barros, apoiado ainda em estudos de Halbwachs, aponta para a dimensão social que tanto Memória Individual quanto a Memória Coletiva estariam sujeitas. Segundo Barros, a memória estaria no indivíduo assim como na sociedade. Desta forma, os indivíduos poderiam se reportar a lembranças comuns, os identificando enquanto grupo social. Assim, pode-se constatar uma interação entre aqueles dois tipos de memória. A individual poderia se apoiar na coletiva para se reforçar, enquanto a coletiva seria formada por memórias individuais – ainda que aquela não se confunda com estas (2009, p.43). É nessa interação que pode ser percebida a dimensão social

isto porque mesmo o indivíduo que se empenha em reconstituir e reorganizar suas lembranças irá inevitavelmente recorrer às lembranças de outros, e não apenas olhar para dentro de si mesmo em conexão com um processo meramente fisiológico de reviver mentalmente fatos já vivenciados(...)
(BARROS, 2009 : 44).

Barros ainda chama atenção para o fato da memória individual precisar de um aparato social, como língua, costumes, idéias, entre outros, para se constituir. Para ele, os grupos sociais, de certa forma, determinam o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado (2009 : 44).

Nesse sentido, como a historiografia se relaciona com Memória Coletiva? A historiografia limitaria a Memória Coletiva, ou seria limitada por esta? A historiografia poderia ser um instrumento para se criar identidades?

A relação entre historiografia e memória é bastante complexa, por vezes conflituosa, ambígua, mas também pode ser complementar. A Historiografia tende a se distanciar da memória se confrontando com esta a fim de verificar a sua veracidade. Como nos aponta Paul Ricoeur, a memória é sempre ameaçada pela imaginação, esquecimento e diversos abusos. Assim a historiografia tende a pôr a memória à prova através da crítica. E nesse movimento a aquela acabaria por colaborar com esta, a fortalecendo e mesmo protegendo de suas vulnerabilidades.

Há uma dialeticidade nessa relação. As duas dimensões se fortalecem à medida em que interagem. O problema se dá quando uma interfere arbitrariamente na outra. O exemplo

mais claro é o da historiografia sujeita à memória do Estado-nação. Aquela estaria assim a serviço do poder, tal como vimos acima com Dosse.

É importante atentarmos para esse problema da historiografia servindo como suporte de uma “memória obrigada”, uma memória manipulada pelo Estado-Nação. Este, elege aquilo que deve ser lembrado pelos indivíduos de uma determinada sociedade, forjando uma identidade comum. A memória e a historiografia estariam limitadas por interesses de poder.

A celebração a qual nos referimos no início do texto é um bom exemplo para se refletir a respeito da utilização da historiografia para se criar uma “Memória Coletiva”. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundado em 1905, tomou para si a responsabilidade, enquanto lugar autorizado de conhecimento, de elaborar a História Oficial da Paraíba. Se Estabeleceram assim os acontecimentos relevantes, as datas importantes e os locais que deveriam ser registrados e lembrados pelos Paraibanos.

O principal evento seria o da fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, como nos referimos acima. Os personagens (portugueses e indígenas), o local (as margens do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba), e a data (05 de agosto de 1585) não poderiam ser esquecidos. Esse ato fundador, além de se referir ao surgimento de uma nova região, significou também, para aquela historiografia, o nascimento de um novo ser: o paraibano. Este seria um ser sui generis pois carregaria características que o diferenciaria dos outros das demais regiões brasileiras. O esforço de elaborar uma história da Paraíba, diferente das demais regiões, fez com que os membros daquele instituto buscassem nesse ato fundador os elementos fundamentais que formariam o paraibano. Criando assim uma identidade local (GONÇALVES, 2007).

Como a fundação da Paraíba teria surgido a partir de um acordo de paz, o paraibano seria por excelências um ser pacífico. Até mesmo os indígenas da região, seriam lembrados como voltados para a paz. Muitas vezes essa suposta característica do paraibano é ainda hoje evocada por políticos em seus discursos nas celebrações oficiais. Sempre recorrendo a uma identidade comum a todos os paraibanos.

Continuemos ainda com o exemplo do ato fundador da cidade. O contexto histórico da conquista do território da Paraíba nos mostra que naquele momento do 05 de agosto de 1585, três grupos diferentes estavam em conflito. Os Portugueses, que queriam conquistar o território e criar uma povoação para expandir as suas fronteiras

econômicas; os Tabajara, que estavam em conflito com outro grupo indígena, os Potiguara; e, estes últimos que estavam em conflito tanto com portugueses quanto com os Tabajara. Aquele acordo de paz, enfatizado pela historiografia oficial, na realidade seria uma aliança de guerra entre portugueses e Tabajara contra os Potiguara.

Como nos adverte Ricoeur:

aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos, legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi a humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração do outro (...) (2003 : 92).

Ricoeur analisando os abusos aos quais a memória está sujeita, tenta relacionar do nível individual para o coletivo. Demonstrando que conceitos, categorias e mesmo tratamentos da psicanálise, que por princípio avalia caso a caso, paciente por paciente, pode ter o seu equivalente coletivo. Isso nos ajuda a refletir mais um pouco sobre essa memória coletiva paraibana e a celebração da fundação da cidade de João Pessoa.

Temos na memória coletiva da Paraíba feridas que não foram tratadas, traumas ainda não curados. Tais como o massacre dos indígenas potiguara com a aliança formada entre portugueses e Tabajaras – sem contar outros mais dos quais foram vítimas ao longo de séculos. Se por um lado muito se fala da paz estabelecida, por outro, pouco se toca no assunto da guerra continuada. Teríamos dessa forma uma “memória impedida”. Segundo Ricoeur, o sintoma disso é a compulsão pela repetição. O excesso de memória de um lado e uma insuficiência por outro, que impede a lembrança do acontecimento tal como se deu. Exigi-se para isso um tratamento. (2003 : 93) A sugestão seria um trabalho de rememoração, uma espécie de trabalho de luto no qual se buscaria expor aquilo que aconteceu, e enfrentar os incômodos conseqüentes de uma lembrança dolorosa, até se romper o trauma e conseguir superar o evento causador do transtorno.

Além dessa dimensão patológica, Ricoeur nos chama atenção para um outro tipo de abuso da memória: a “memória manipulada”. Uma memória sujeita a quem detém o poder (2003 : 93). A manipulação da memória reporta mais uma vez para à questão da identidade. Nesse caso, molda-se uma memória do intuito de forjar experiências comuns, um passado comum, conseqüentemente, uma identidade comum. Apontando

para “fragilidade da identidade”, Ricoeur observa como isso acaba por influenciar nos abusos da memória:

o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso da memória – insuficiência de memória, em outro, portanto, abuso de esquecimento (...) (2003 : 94).

Ricoeur observa três causas para tais fragilidades: a primeira se refere à relação da identidade com o tempo: as mudanças ou permanências da identidade ao longo do tempo; segunda fragilidade diz respeito a relação da identidade com a alteridade, com o outro. Especialmente quando este outro é uma ameaça⁴; a terceira causa é “a herança da violência fundadora”. Como nos referimos acima, Ricoeur entende que os acontecimentos fundadores são sempre pautados na violência, “assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros (...)”(2003 : 95).

As reivindicações de identidade, podem se tornar um ingrediente considerável para os maus usos da memória, servindo pra sua manipulação dando respostas rápidas e perigosas àquelas reivindicações. Nisso Ricoeur alerta para o perigo da ideologia. Aquele que detém o poder, o estado, é quem autoriza e desautoriza as memórias, diz o que deve ser celebrado, o que deve e o que não deve ser narrado através da História Oficial. Um “pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (2003 : 98).

Para esses distúrbios da memória tanto individual quanto coletiva, Ricoeur propõe um tratamento equivalente ao da psicanálise freudiana. A de se explorar os fatos, fazê-los emergir, virem a tona, e serem trabalhados por uma “memória crítica” e a história, especialmente a historiografia, teria papel fundamental nesse processo pelo trabalho de rememoração, da crítica documental e da narrativa.

No fundo, Ricoeur propõe atitudes que visem reconciliações. Reconciliação do presente com o passado, da historiografia com a memória, memória individual com a memória coletiva, dos humilhados com os glorificados e assim por diante. Busca evitar assim confrontos, distúrbios, violências. Como bem nos lembra José Carlos Reis, Ricoeur

⁴ Quando o IHGP formula as características do Paraibano, demarcando sua identidade, o faz em oposição a outras identidades regionais, sendo necessária a reafirmação dessa identidade através de celebrações para que não se enfraqueça.

sendo calvinista, “sua fé exige uma boa vontade de pacificação, de religação entre os homens. Mas, não é como religioso que ele intervém no debate historiográfico. Para ele, o objetivo do esforço intelectual é criar conexões, articulações, restabelecer a possibilidade do diálogo (...)” (2010 : 45). Nesse sentido podemos pensar que ele estaria propondo uma memória coletiva pacificada e universal, que contemplasse todos os indivíduos?

Contudo, como refletir então a respeito da memória dos indígenas Potiguara que ainda hoje existem na região do litoral norte do Estado da Paraíba? Estes teriam que esquecer os massacres e as humilhações que sofreram ao longo dos séculos? Para Ricoeur, sim. Mas não um esquecimento abusivo. Mas um “esquecimento feliz”, que seria conseguido não pelo silenciamento do que aconteceu, mas obtido pelo perdão (REIS, 2010 : 61).

Com o mundo de hoje se abrindo cada vez mais para o multiculturalismo, no qual se observa uma tendência para a diversidade identitária entre os vários grupos sociais, talvez seja problemático falar de uma memória coletiva, no sentido universalista. Talvez fosse mais interessante se falar em “memórias coletivas”. Isto seria bastante coerente com a tendência historiográfica pós-estruturalista que vivemos hoje, a qual enfatiza histórias plurais e memórias de grupos. Assim, indo numa direção contrária ao sentido de reconciliação proposto por Ricoeur. Por outro lado, a historiografia produzida pelos diversos grupos, quando confrontadas entre si, expõem suas feridas, traumas, rancores, consiga encontrar uma saída para seus conflitos e partir para uma reconciliação. Nesse sentido poderíamos pensar numa memória coletiva que conseguisse abrigar as memórias dos mais diversos grupos. Não mais forçados a compartilhar uma identidade comum, pela “memória obrigada”, mas sim enquanto identidades que formam um corpo único enquanto humanidade.

A historiografia poderia ser uma intermediária entre os grupos e suas memórias. Expondo seus pontos de vista e os confrontando criticamente. Porém, não devemos esquecer que a historiografia não é um ser. Esta é feita por homens. E nada nos garante que sejam todos homens de “boa vontade”.

No caso da historiografia paraibana, como pensar e praticar uma reconciliação entre as memórias dos envolvidos naquele ato fundador. Os Potiguara atualmente passam por um processo de afirmação de sua identidade, buscando se firmar culturalmente. Nesse

sentido, estão buscando trazer à tona a sua versão dos acontecimentos. Já podemos vislumbrar aí um conflito de versões. No mínimo, entre a sua versão e a da historiografia oficial da Paraíba. Por outro lado, ainda temos a Festa das Neves que comemora todos os anos a fundação da cidade e a versão oficial da conquista. Implicitamente, celebra-se os conquistadores e se execra os conquistados. Isso leva a uma certa repulsa da sociedade paraibana a se identificar com os indígenas potiguara; não os reconhecem enquanto parte que constitui a formação biológica, histórica e cultural da Paraíba.

Talvez, a proposta de Ricoeur seja mesmo uma boa saída. Um trabalho de memória parece se fazer urgente. Expor os traumas e feridas da memória coletiva serviria ao menos para que os diálogos fossem retomados. E a historiografia como instrumento de investigação e de crítica, teria assim papel fundamental.

REFERÊNCIAS:

BARROS, José D'assunção. História e Memória – uma relação na confluências entre o tempo e o espaço. In: MOUSEION. 2009.

DOSSE, François. Uma História Social da Memória. In: *A História*. Bauru/SP : Edusc, 2003.
GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açucares: política e economia Capitania da Parahyba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, 1958.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. V.1.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Parahyba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. V.1.

REIS, José Carlos. *O desafio Historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. *A Memória, A História, O Esquecimento*. Campinas : Unicamp, 2003.